



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 24/2022

Período: 09/07/2022 -15/07/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- TCU constatou superfaturamento na aquisição de viagra pelas Forças Armadas
- 2- Jornais apontam risco de golpe e discutem o posicionamento das Forças Armadas perante o cenário eleitoral
- 3- Braga Netto integra campanha eleitoral de Bolsonaro
- 4- Coluna opinativa destacou idas e vindas do autoritarismo no Brasil
- 5- Auditoria apontou irregularidades em cargos ocupados por militares
- 6- Militares solicitaram dados sobre as urnas e preparam programa de fiscalização para as eleições
- 7- Editorial criticou a atuação do Ministério da Defesa

1- TCU constatou superfaturamento na aquisição de viagra pelas Forças Armadas
De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou superfaturamento na compra do medicamento viagra pelas Forças Armadas. Segundo a reportagem, o edital de aquisição dos medicamentos para o Hospital Naval Marcílio Dias possuía o valor estimado de R\$ 22.226,40, porém a aquisição foi realizada por R\$ 55.188,00. Tendo isso em vista, o jornal informou que o TCU solicitou ressarcimento do valor gasto indevidamente. (*Correio Braziliense - Poder - 09/07/22*)

2- Jornais apontam risco de golpe e discutem o posicionamento das Forças Armadas perante o cenário eleitoral

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, há um temor por parte de membros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que o presidente da República, Jair Bolsonaro, use novamente a retórica golpista do 7 de setembro de 2021. O jornal acrescentou que existem dois agravantes que podem radicalizar o dia da independência em 2022: o primeiro é a proximidade das eleições, marcadas para outubro; e o segundo é a comemoração do Bicentenário da Independência, que deve justificar um desfile militar de maiores dimensões. Desta forma, os presidentes do STF, Luiz Fux, e do TSE, Edson Fachin, iniciaram diálogos para reforçar os esquemas de segurança, aventando a convocação das Forças Armadas para proteger prédios públicos, como o próprio STF, inclusive com a aprovação de uma operação de garantia da lei e da ordem (GLO). Por outro lado, a *Folha* apurou que Fux foi aconselhado a não discutir uma GLO, visto que “diante de uma retórica golpista por parte de Bolsonaro, não seria inteligente deixar a segurança do Supremo sob responsabilidade dos militares”. A *Folha* também avaliou que há autoridades que entendem que o clima de 2022 não reflete a tensão do 7 de setembro

do ano anterior, quando Bolsonaro proferiu uma série de ataques às instituições e a membros do Judiciário. Em nota, o Comando Militar do Planalto informou que ainda não há detalhes sobre o desfile militar de setembro. O editorial do periódico *O Estado de S. Paulo* apontou que os receios de ruptura institucional são justificados, uma vez que Bolsonaro “vem ameaçando e confrontando o sistema eleitoral e o Poder Judiciário”, situação nunca vivenciada no Brasil desde a Constituinte de 1988. O jornal considerou que o regime democrático brasileiro enfrenta enormes desafios, principalmente em razão da normalização do desrespeito à Constituição Federal. Adicionalmente, o *Estado* assinalou que Bolsonaro “tentar envolver as Forças Armadas em tramoias inconstitucionais”. Também em editorial, o *Correio Braziliense* ressaltou que com a proximidade do início oficial da campanha eleitoral, a palavra “golpe” recebe grande destaque não só no país como também no exterior. O jornal ponderou que não foi por acaso que recentemente um congressista estadunidense colocou na pauta um projeto que proíbe colaborações entre as Forças Armadas dos Estados Unidos e as brasileiras, considerando a hipótese de os militares brasileiros embarcarem no golpismo de Bolsonaro e apoiarem a ruptura democrática. Na avaliação do *Correio*, este caso constitui um alerta da forma como o mundo olha para o Brasil atualmente. (*Correio Braziliense – Opinião – 10/07/22; Folha de S. Paulo – Política – 10/07/22; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 10/07/22*)

3- Braga Netto integra campanha eleitoral de Bolsonaro

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva e ex-ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto, foi escalado para a função de coordenador operacional da futura campanha à reeleição de Jair Bolsonaro (PL). O convite teria sido feito pelo núcleo duro da campanha governista, composto pelo presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, e pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Segundo a apuração da reportagem, o ex-secretário Especial de Comunicação Social (Secom) do Ministério das Comunicações, Fabio Wajngarten, também foi incorporado ao grupo para “ajudar a unificar a narrativa oficial, abrir pontes com a imprensa e destravar gargalos operacionais”. A matéria afirmou ainda que a nomeação de Braga Netto facilita o contato entre o conselho de comunicação, liderado por Flávio Bolsonaro, e o presidente. Este grupo é o responsável pela elaboração das estratégias e narrativas de Bolsonaro como, por exemplo, a decisão de pressionar os governadores a baixar o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) dos combustíveis. (*O Estado de S. Paulo - Política - 11/07/22*)

4- Coluna opinativa destacou idas e vindas do autoritarismo no Brasil

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o historiador e pesquisador Murilo Cleto destacou a formação da memória social crítica à ditadura no Brasil. O historiador apontou que as seguidas vitórias eleitorais de políticos perseguidos durante o regime militar (1964-1985) foram indicativas da incorporação dessa memória social às políticas de Estado, somadas ao desenvolvimento de importantes iniciativas como a “Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos”, projeto “Memórias Reveladas” e a mais conhecida “Comissão Nacional da Verdade”. Por outro lado, Cleto avaliou que, em uma “crise com o pacto social de 1988”, o povo brasileiro decidiu em 2018 ser governado por um presidente que representa os mesmos projetos que culminaram no golpe de 1964, voltando a pedir nas ruas um novo regime ditatorial. O historiador apontou que Jair Bolsonaro não é “qualquer representante”, e sim “o mais

radical polo tensionador à direita da memória sobre a ditadura”, na medida em que declara que militares mataram pouco, exalta torturador, zomba de torturados e de familiares de desaparecidos. Assim, Bolsonaro construiu o governo com o maior número de militares na ativa e ameaça constantemente a democracia, em uma escalada golpista. Por fim, Cleto afirmou que “outubro é logo ali, mas é também lá atrás”, alegando que nessas eleições o povo brasileiro pode corrigir o erro cometido em 2018. (Folha de S. Paulo - Opinião - 12/07/22)

5- Auditoria apontou irregularidades em cargos ocupados por militares

Conforme reportagem dos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, mais de 2.300 militares ocupam postos irregulares no governo de Jair Bolsonaro (PL), de acordo com auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU). Os dados se concentram em dezembro de 2020 e denunciam problemas como o acúmulo de funções simultâneas por militares e o recebimento dobrado de salários e benefícios que extrapolam o teto constitucional. O número de militares que passaram a trabalhar para o governo durante a gestão de Jair Bolsonaro triplicou, ultrapassando a marca de 6 mil pessoas, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU). O *Estado* afirmou que o relatório se baseou no cruzamento de informações que então foram confrontadas com dados recebidos do Ministério de Defesa pela CGU sobre pagamentos feitos a militares e seus pensionistas, encontrando casos de "ocupação simultânea de cargos militares e civis sem nenhum tipo de amparo legal ou normativo para isso", casos extrapolando prazos de atuação paralela de militares, bem como recebimento salarial acima do teto, sem sofrer “nenhum tipo de abatimento em seus vencimentos”. Segundo a *Folha*, a irregularidade mais comum é a de militares que já estouraram o tempo de dois anos permitido para exercer cargo fora das Forças Armadas, com 930 registros. A segunda que mais aparece, com 729 militares, é daqueles que não possuem “incidência de rubrica do abate-teto”; ou seja, sem o desconto dos valores recebidos acima do teto definido pela Constituição Federal (que no momento chegava à R\$ 39 mil). Ademais, encontram-se irregularidades como a de militares sem o amparo legal para realizar função como agente civil (558), valor insuficiente no abatimento do teto (110), e militares com tempo de dois anos excedido por “necessidade temporária de excepcional interesse público” (36). De acordo com o *Estado*, estima-se que R\$ 5,139 milhões seriam devolvidos aos cofres públicos, se todos os casos irregulares levassem à devolução da quantia excedente. O resultado final do relatório denuncia graves indícios de irregularidades, e buscou um “amplo estudo normativo, em busca de todos os regramentos relacionados ao tema”, excluindo cenários de amparo legal para as situações de vínculo simultâneo, apontando ainda uma fragilidade na gestão dos recursos humanos no governo federal. Não houve declaração afirmando se os indícios de irregularidades foram confirmados e quais medidas foram tomadas pelos Ministérios da Defesa e Economia, bem como pelas Forças Armadas. Inicialmente, após ser procurado pelo *O Estado*, o Exército afirmou que os casos de vínculos civil e militar merece “uma análise pormenorizada, trazendo oportunidade de correção de possíveis inconsistências”, e depois, após realizar uma nova análise constatou que “a maior parte das inconsistências corresponderia, em princípio, a acumulações potencialmente lícitas, amparadas pela legislação”, mas o jornal destacou que os dados tratados pela auditoria já consideravam diversas exceções que permitem o trabalho paralelo licitamente. Por fim, as Forças declararam que já avisaram suas unidades “para fins de regularização”, e após questionamento a Aeronáutica e a Marinha não prestaram esclarecimentos.

(Folha de S. Paulo - Política - 13/07/22; O Estado de S. Paulo - Economia e Negócios - 12/07/22)

6- Militares solicitaram dados sobre as urnas e preparam programa de fiscalização para as eleições

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, as Forças Armadas solicitaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acesso a todos arquivos das urnas eletrônicas referentes aos anos de 2014 e 2018, marcando mais um episódio de questionamento ao sistema eleitoral e mostrando novamente um posicionamento alinhado às falas do presidente Jair Bolsonaro (PL), que constantemente profere ataques ao sistema eleitoral, sem nenhuma prova além de teorias conspiratórias. Em transmissão ao vivo do dia 07/07/22, o presidente Bolsonaro afirmou que vai convidar embaixadores de outros países para falar sobre o sistema eleitoral brasileiro, ocasião na qual apresentaria um powerpoint com “tudo que aconteceu nas eleições de 2014, 2018, documentado”. O jornal afirmou que não é possível definir o que as Forças pretendem com os dados solicitados, mas que estes podem ser utilizados para realizar uma auditoria apontando possíveis problemas. Ao ser questionado, o Ministério da Defesa afirmou que os dados são necessários para que os militares possam estudar o sistema eleitoral e “realizar os trabalhos de fiscalização de forma técnica, séria e colaborativa”. Especialistas consultados pela *Folha* declararam que se o objetivo é se preparar para as eleições, uma “amostra fictícia dos dados” seria suficiente, e o ano de 2020, o mais apropriado, visto que os dados provavelmente estão mais atualizados. A solicitação foi assinada pelo coronel do Exército Marcelo Nogueira de Sousa, chefe da equipe das Forças Armadas que irá participar da fiscalização durante as eleições, e pelos coronel da Força Aérea Wagner Oliveira da Silva, do Exército, coronel Ricardo Sant’ana, e capitão de fragata da Marinha, Marcus Rogers Cavalcante Andrade. Segundo reportagem de *O Estado de S. Paulo*, após os mais de 80 questionamentos enviados ao TSE depois de 25 anos de silêncio acerca do sistema eleitoral, os militares desenvolveram seu próprio programa de fiscalização paralelamente, dividido em oito etapas, passando pela “lacrção das urnas, pelos testes de autenticidade e integridade e pela verificação da utilização dos votos”, chegando até mesmo a possibilidade de cobrar a Corte que os equipamentos sejam testados. A equipe montada pelo Ministério da Defesa é composta por oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. No momento, não há diálogo entre o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, e o presidente do TSE, Edson Fachin, mantendo apenas a troca de ofícios. Conforme publicação do *Correio Braziliense*, a justificativa militar para o pedido é que este é baseado em dados técnicos e que se trata de uma solicitação “sem viés político”. O ministro da Defesa afirmou que as Forças Armadas jamais “seriam revisoras de eleições”, e que tudo foi feito conforme as resoluções do TSE. (Correio Braziliense - Política - 15/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 12/07/22; Folha de S. Paulo - Política - 15/07/22; O Estado de S. Paulo - Política - 12/07/22)

7- Editorial criticou a atuação do Ministério da Defesa

Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* criticou a atuação do Ministério da Defesa no governo de Jair Bolsonaro, principalmente no que tange ao processo eleitoral. Segundo o editorial, o Ministério da Defesa tem criado tensões e embates com a Justiça Eleitoral, sobretudo a partir do momento em que foi convidado a integrar a Comissão de Transparência das Eleições e atribuiu a si mesmo o papel de revisor das

eleições. Para o jornal, essa pretensão é inconstitucional. O editorial ressaltou que o papel institucional do Ministério da Defesa é assegurar que a condução dos assuntos militares e da Defesa esteja integrada à administração geral do Estado, e submetida ao poder civil. Desse modo, o editorial apontou que a atuação do Ministério da Defesa no processo eleitoral é errônea, já que as eleições não são matéria de competência do Executivo. Além disso, ao envolver-se no tema eleitoral, o órgão transmite a ideia de que as Forças Armadas têm a pretensão de interferir nas eleições. Por último, o jornal atribuiu aos três comandantes das Forças Armadas a tarefa de reiterar seu compromisso com a Constituição, e ao Ministério Público o papel de defender a ordem jurídica e o regime democrático. Em coluna ao *Estado*, a jornalista Eliane Cantanhêde analisou que “a atual cúpula das FA [Forças Armadas] se mete onde não deve e se presta a enfraquecer a democracia e a própria imagem”. A colunista comentou sobre o enfraquecimento da democracia brasileira, não mais por meio de “tanque nas ruas”, mas por meio do descrédito às instituições - modo pelo quais os “golpes modernos” ocorrem, segundo Cantanhêde. Por fim, a colunista questionou: “e se os resultados oficiais do TSE não baterem com os números ‘paralelos’ dos militares?”. (O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 13/07/22; O Estado de S. Paulo - Política- 15/07/22)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima